



**ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA
DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e vinte e sete minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Antes, porém, quero justificar a ausência do deputado Rafael Tavares, nas Sessões Ordinárias do dia 02, 08 e 15 de fevereiro, através da CI - 003/2024, que se encontra em Brasília, acompanhando o julgamento do seu mandato. **PEQUENO EXPEDIENTE.** Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados! Não há ata a ser lida.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para a leitura do expediente desta Sessão.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhoras e senhores que estão nos visitando e aposentados de Mato Grosso do Sul! Expediente da Sessão Ordinária do dia 6 de fevereiro de 2024: Ofício nº 11/2024, do Poder Executivo, encaminhando, para análise e parecer, os documentos relativos ao Fundo de Desenvolvimento do Sistema Rodoviário de Mato Grosso do Sul (Fundersul); Ofício nº 13/2024, do Poder Executivo, indicando os deputados estaduais Londres Machado, do PP, e Pedro Pedrossian, do PSD, para exercerem, respectivamente, as funções de líder e vice-líder do governo, exercício de 2024; Ofício nº 23.8372/2023, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, respondendo à indicação da deputada Gleice Jane (Prot. nº 5.988/2023); Ofício nº 2.611/2023, da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, encaminhando Transferência de Recursos Financeiros; Ofícios nºs 668, 693 e 6974/2023, da Caixa Econômica Federal, encaminhando Crédito de Recursos Financeiros - Orçamento Geral da União; Ofício nº 1.892/2023, da Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso do Sul, encaminhando relatório dos Termos de Fomento, Colaboração, Convênios e Termos Aditivos registrados pelo governo no mês de novembro de 2023; Ofícios nºs 1.320 e 1.321/2023, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo aos requerimentos dos deputados Zé Teixeira e Zeca do PT (Prot. nºs 6.172, 5.230/2023); Ofícios nºs 1.314, 1.322 a 1.324/2023, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Zé Teixeira, Lia Nogueira, Renato Câmara, Paulo Corrêa, Antonio Vaz, Lidio Lopes, Roberto Hashioka, Rafael Tavares, Pedro Kemp, João César Mattogrosso, Coronel David e Marcio Fernandes (Prot. nº 5.085/2023); Ofícios nºs 4.575 e 4.628/2023, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Coronel

David (Prot. nºs 5.969, 6.232/2023); Ofício nº 7.129/2023, da Secretaria Municipal de Assistência Social de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Antonio Vaz (Prot. nº 5.663/2023); Ofício nº 1.882/2023, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, respondendo ao requerimento do deputado Rafael Tavares (Prot. nº 2.892/2023). Senhor presidente, foi lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, conforme o Livro de Inscrição, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, eu quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor André Borges Barros de Araújo, diretor-presidente do Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul), solicitando medidas no sentido de impedir danos à área de proteção ambiental criada em 2000, que compreende um trecho de 42 quilômetros contínuos da estrada, entre os municípios de Aquidauana e Dois Irmãos do Buriti, conhecida como estrada "Parque Piraputanga", que está ameaçada com a intensificação do trânsito de caminhões pesados que carregam madeira para a fábrica de celulose. Justificativa: nosso gabinete foi procurado por moradores, frequentadores e proprietários de imóveis na região dos distritos de Palmeiras, Piraputanga e Camisão, que reivindicam medidas urgentes no sentido de impedir que maiores danos sejam causados ao meio ambiente por conta do trânsito de caminhões pesados para o transporte de madeira. A estrada Parque Piraputanga está inserida na Área de Proteção Ambiental (APA), criada no ano de 2000, e compreende um trecho de 42,5 quilômetros contínuos entre os Aquidauana e Dois Irmãos do Buriti, com beleza cênica, singular, e atrativos naturais, é constituída de cerrado e serra, sendo habitat de inúmeras espécies de animais, proporcionado atrativos de cascatas do rio Aquidauana e observação de aves. Nesse sentido, solicitamos medidas urgentes, no sentido de o órgão assegurar a proteção da área. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Marcelo Ferreira Miranda, secretário de estado de Turismo, Esporte e Cultura, solicitando que seja aberto um novo edital para inscrição de projetos na cota indígena, previsto na Lei Paulo Gustavo, tendo em vista o prejuízo que muitos produtores de cultura tiveram com a supressão do prazo para apresentação dos projetos. Por último, indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Marcelo Miglioli, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, solicitando a substituição das lâmpadas dos postes de iluminação pública da rua Rio Negro, nas imediações do número 1.188, na Vila Margarida. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, senhoras e senhores! Eu venho apresentar algumas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica,

senhor Rodrigo Perez Ramos, solicitando a destinação de nova viatura e o aumento do quadro efetivo do 12º Batalhão da Polícia Militar, no município de Itaquiraí. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Rodrigo Perez Ramos, solicitando a continuidade e conclusão da obra de construção da nova sede do Corpo de Bombeiros Militar no município de Fátima do Sul, iniciada anteriormente com recursos destinados pelo deputado federal Geraldo Resende e outros parlamentares. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, prefeita do município de Campo Grande, solicitando a instalação de redutor de velocidade (tipo quebra-molas) na rua Dom Cirilo, no bairro Jardim Seminário. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, prefeita do município de Campo Grande, solicitando a instalação de redutor de velocidade (tipo quebra-molas) na rua da Planície, preferencialmente entre as ruas Sequoia e Itaquera, no bairro Tiradentes. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rodrigo Perez Ramos e aos deputados federais e senadores representantes de Mato Grosso do Sul na Câmara dos Deputados e Senado Federal, solicitando gestões visando à construção de pista de caminhada na avenida Vereador José Chaves da Silva, no município de Itaporã. Apenas isto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, colegas deputados, público presente, telespectadores que nos assistem pela TV Assembleia e pelas redes sociais, bom dia! Eu tenho algumas indicações a apresentar. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, e ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, solicitando, em caráter de urgência, o patrolamento da MS-441, no trecho entre Bandeirantes e Camapuã. O trecho é importante para o escoamento da produção e precisa ser encascalhado. Também estamos pedindo aqui um estudo para a realização de obras de pavimentação da referida rodovia. Esta indicação atende ao pedido do senhor Eder Zanata. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao diretor-presidente da Sanesul, senhor Renato Marcílio da Silva, solicitando, em caráter de urgência, providências com relação à constante falta de água na rua Clóvis Cintra, no município de Bonito. Este é um pleito do vereador Lucas, que tem recebido reclamações diárias sobre essa situação, que precisa ser regularizada pela Sanesul. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo, e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Rondon, solicitando a realização de obras de manutenção na rodovia MS-338, denominada Senador Ramez Tebet, no trecho que liga o município de Santa Rita do Pardo ao município de Bataguassu. Este também é um pleito da Câmara de Vereadores de Ribas do Rio Pardo, formulado pelo vereador Cleudenide Ferreira de Freitas. Indico à Mesa,

na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado, e ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo, e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja, solicitando a realização de obras e manutenção para melhoria do escoamento de águas pluviais na rodovia MS-141, no trecho que liga Ivinhema e Angélica. Essas são as minhas indicações. Presidente, eu quero aproveitar para registrar a justa reivindicação dos servidores aposentados que estão aqui. Quando foi aprovada essa taxa de 14%, o estado vivia um momento de muita dificuldade, hoje o cenário é outro. A situação de vocês será debatida aqui na Assembleia Legislativa, e nós buscaremos o diálogo com o governador, para que possamos encontrar o melhor caminho para beneficiar a classe dos senhores, que tanto já contribuiu para Mato Grosso do Sul. Contem com meu apoio. Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Bom dia, senhor presidente, colegas deputados e público que nos assiste! Quero cumprimentar também os aposentados e pensionistas e destacar a importância desta mobilização. O governador Eduardo Riedel é sensível à causa dos senhores e sabe que é necessário mexer nisso. Agora, nós temos que ver como vamos tratarmos disso. Quero, desde já, salientar meu compromisso de ajudá-los, para que encontremos uma saída equilibrada, justa e que atenda ao anseio legítimo dos aposentados. Bem, senhor presidente, ano passado eu apresentei um projeto de lei aqui sobre a área da saúde, para criação de um portal da transparência na fila de regulação. Muitas pessoas procuraram deputados, pedindo acesso a um hospital. "Eu estou na UPA, preciso fazer uma cirurgia". "Eu preciso de um encaminhamento para fazer uma eletiva". Tudo isso tem sido insuficiente para resolvermos o problema. Ontem, o deputado Caravina, que está chegando aqui, mencionou a questão da judicialização; nós temos, hoje, uma judicialização de mais de 100 milhões de reais por ano. Então, além desse problema como um todo, deputado Paulo, nós não sabemos quem está na frente ou quem está atrás numa fila de cirurgia eletiva. Há pessoas que passam na frente; há pessoas que ficam esperando a vida toda. Muitas vezes, a pessoa está com seu nome na fila, e alguém a tira do sistema, porque caducou, porque ficou velho, porque solicitaram novos exames e a pessoa não foi informada. Muitas vezes, ela acha que está na fila, mas não está. Muita gente consegue passar atropelando a fila no estado todo. Então, o que a gente precisa fazer? Colocar ordem nisso. De que maneira? Criando um portal da transparência da fila de regulação das eletivas. Ano passado, sabendo desse problema, eu fui buscar a legislação no estado de São Paulo, e nos estados de São Paulo e Santa Catarina, eles já fizeram algo semelhante a isso. E nós, inspirados na legislação deles, apresentamos um projeto de lei. Muito bem, ao elaborar o projeto, eu conversei com o secretário de Saúde, Maurício Simões, para alinharmos as ideias. Até porque não adianta a gente fazer o que o Legislativo quer, temos de ver se para de pé, se é fácil de fazer, se é possível fazer, do ponto de vista da tecnologia da informação, enfim. E depois de conversas mais aprofundadas com a equipe técnica, nós chegamos a um denominador comum. Então, eu estou apresentando hoje um substitutivo ao projeto de lei que apresentei ano passado. Eu vou ler o texto, para que as pessoas tomem conhecimento do assunto. Ele assegura a transparência ao usuário do SUS, por meio da obrigatoriedade de divulgação

da ordem de espera de pacientes que aguardam a realização de procedimentos eletivos pelos sistemas de regulação de vagas nas unidades que prestam serviço ou que constituem o do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul. "O governador do estado de Mato Grosso do Sul: Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei: Artigo 1º - A ordem de espera de pacientes que aguardam a realização de procedimentos ofertados pela rede pública de saúde estadual no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e operada pelo Sistema de Regulação de Vagas deverá ser disponibilizada publicamente para amplo acesso do usuário e dos gestores de saúde pública no âmbito das Secretarias Municipais e Estadual de Saúde. Parágrafo 1º - As filas a serem divulgadas devem contemplar todos os pacientes inscritos em quaisquer das unidades da Rede Pública de Saúde Estadual para procedimentos eletivos que constem em um banco de dados único, discriminando-se a especialidade para cada modalidade de procedimentos eletivos, como consultas, exames, cirurgias e terapias. Parágrafo 2º - As filas existentes no estado devem ser regionalizadas, conforme regulamento da Secretaria de Estado de Saúde (SES), exceto nos casos que demandem procedimentos altamente especializados, ou que não haja possibilidade de divulgação por região. Parágrafo 3º - Nos casos de vagas não preenchidas ofertadas em regiões distintas, estas também podem ser redistribuídas para outras localidades de pacientes que aguardam na fila, mantendo a prioridade classificada pelo médico regulador, conforme protocolo estabelecido pela SES. Parágrafo 4º - Os Sistemas Municipais e Estadual de Gestão de Regulação de Vagas devem ser integrados, de forma que possibilitem a operação conjunta entre os entes municipais e estadual. Artigo 2º - A ordem de espera deve seguir a anterioridade de inscrição para atendimento dos pacientes, assegurada a possibilidade de mudança na posição da fila, em razão da classificação de risco, a ser determinada exclusivamente por autoridade médica, devidamente justificada, atendendo aos critérios previstos nos Protocolos de Regulação. Artigo 3º - A divulgação da ordem de espera deve ser realizada por meio de sítio eletrônico oficial, a ser disponibilizado na internet, sendo assegurada a possibilidade de acesso a consulta da fila, de maneira presencial, nas Unidades Básicas de Saúde, em Unidades Básicas de Saúde da Família, ou em local determinado pelo município. Artigo 4º - As informações divulgadas pelo sistema de regulação de vagas devem conter no mínimo: Inciso I - número do protocolo, data e horário do encaminhamento de solicitação para agendamento de procedimento; Inciso II - A especialidade e o procedimento que se refere a solicitação; Inciso III - Andamento e status da solicitação, com descritivo claro do significado de cada andamento; Inciso IV - Após o agendamento, deverão constar informações do acesso, local, data e horário agendados para o atendimento da solicitação. Artigo 5º - Para fins de aplicação desta lei, considera-se como Rede Pública de Saúde Estadual o conjunto de todas as unidades públicas e privadas e filantrópicas que atendem o SUS no estado do Mato Grosso do Sul. Artigo 6º - O Poder Executivo expedirá os regulamentos necessários para fiel execução dessa lei. Artigo 7º - Esta lei entra em vigor cento e oitenta dias após a sua publicação." Então, senhor presidente, o texto é inteiramente novo, pactuado com a Secretaria de Estado de Saúde. Se nós aprovarmos esta proposta, faremos uma modificação importante na saúde. É lógico que esta lei não zera a fila, mas gera traz transparência. Muito obrigado, senhor presidente.

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, senhor presidente, colegas deputados, senhoras e senhores! Quero dizer aos aposentados aqui presentes que a causa de vocês é uma luta de todos! Nós acreditamos na sensibilidade do Governo, porque é procedente a solicitação de vocês. Nossa solidariedade e apoio a vocês, aposentados. Senhor presidente, eu quero encaminhar duas indicações, as quais chegaram ao nosso gabinete recentemente. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, com cópia ao diretor-presidente da Agetran, senhor Janine de Lima Bruno, solicitando, em caráter de urgência, a implantação de quebra-molas na rua Manoel Inácio de Souza, nas proximidades das ruas Doutor Paulo Coelho Machado e Tabelião Murilo Rolim, no bairro Vivendas do Bosque. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, com cópia ao diretor-presidente da Agetran, senhor Janine de Lima Bruno, solicitando a colocação de placas de redução de velocidade e indicativos de que no quarteirão há uma creche, bem como a implantação de faixa de pedestre elevada em frente à Escola Municipal Infantil Emy Ishida Nascimento Nogueira, localizada na rua Antônio Maria Coelho, no bairro Santa Fé. Era o que eu tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, deputado Gerson Claro, Mesa Diretora, caros colegas deputados e deputadas, senhoras e senhores e todos que nos acompanham pela TV Assembleia! Quero desejar a todos um feliz 2024. Que tenhamos um ano de muitas realizações. Quero cumprimentar, de forma muito especial, muito carinhosa, todos que se fazem presentes, os funcionários já aposentados do nosso estado, que tanto contribuíram, com seu suor e com seu trabalho, para o progresso e o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul. Eu me incluo, modestamente, nesta categoria. Então com o apoio deste deputado. A classe dos aposentados foi bastante penalizada quando teve de passar a contribuir com 14% do seu salário para a Previdência. Senhor presidente, eu trago duas indicações e uma moção de congratulação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à presidente do Tribunal Regional Federal, da 3ª Região, desembargadora Marisa Santos, e à diretora do Fórum da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso do Sul, senhora Monique Marchioli Leite, pleiteando a instalação de um Fórum da Justiça Federal na cidade de Nova Andradina. Nova Andradina fica situada na região sudeste do estado, a 65 quilômetros da divisa com os estados de São Paulo e Paraná, é considerada a cidade polo do vale de Ivinhema, que abrange oito municípios: Anaurilândia, Angélica, Bataguassu, Batayporã, Ivinhema, Nova Andradina, Novo Horizonte do Sul e Taquarussu, com uma população estimada de mais de cento e trinta mil habitantes. Diante do crescimento da região e da localização estratégica do município Nova Andradina, a implantação de uma Subseção da Justiça Federal na cidade facilitará o atendimento ao jurisdicionado e proporcionará maior celeridade no julgamento de

processos. Desta forma, levando em consideração os benefícios da instalação de uma Subseção da Justiça Federal para a população do Vale do Ivinhema requeiro a aprovação desta indicação. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao ministro da Justiça e Segurança Pública, senhor Ricardo Lewandowski, e ao superintendente regional da Polícia Federal de Mato Grosso do Sul, senhor Agnaldo Mendonça Alves, pleiteando a instalação de uma Delegacia de Polícia Federal na cidade Nova Andradina. A delegacia auxiliará na prevenção e repressão à criminalidade, ao crime organizado, na apuração de infrações penais, na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas, dos bens e interesses da União, na repressão ao tráfico de entorpecentes, do contrabando e do descaminho, e facilitará o acesso da população do Vale do Ivinhema à expedição e renovação de passaportes, entre diversas outras demandas administrativas, destacando sua importância para fortalecer a segurança e a presença do estado na região. Desta forma, requeiro a aprovação desta indicação. Por último, apresento uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação ao Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Nova Andradina, na pessoa de sua diretora-geral, senhora Débora Cristina Marcorini Ocon de Almeida, estendida à sua reitora, senhora Elaine Borges Monteiro Cassiano, aos servidores e alunos pelos quatorze anos de atividades letivas da instituição. O Campus do IFMS de Nova Andradina foi o primeiro a entrar em funcionamento no estado de Mato Grosso do Sul, iniciando suas atividades em 8 de fevereiro de 2010, quando o prefeito Nova Andradina — com o apoio da bancada federal de Mato Grosso do Sul e com a sensibilidade do professor Marcos Aurélius Stier Serpe, então reitor do IFMS — teve a ideias de implantar essa importante instituição no município. Nos seus quatorze anos de atividade letivas, hoje, Campus oferece cursos de graduação, de pós-graduação, de educação à distância, de técnico integrado, de técnico subsequentemente e de qualificação profissional, tornando-se uma entidade de valor estimado e de interesse público, que atende Mato Grosso do Sul e outros estados da Federação. Diante da alta significância da instituição, espera-se a aprovação desta moção. Era o que eu tinha. Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhoras e senhores deputados! Bom dia, população que prestigia a nossa Sessão e todos que nos assistem pela TV Assembleia! Bom dia, imprensa! É uma satisfação retornarmos ao trabalho. Espero que tenhamos um ano muito produtivo em favor da população de Mato Grosso do Sul. Cumprimento, de modo especial, os aposentados, que, há um ano, de forma educada, pacífica e democrática, reivindicam seus direitos. Eu conheço o governador e sei da sensibilidade dele com relação ao assunto. A causa dos aposentados já chegou a ele, através de nós e dos próprios aposentados, e terá uma solução nos próximos meses. Parabenizo-os pela atuação. Senhor presidente, eu faço uso do Pequeno Expediente também para apresentar algumas indicações e moções. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon, por cópias autônomas, solicitando, por meio de

convênio ou por execução direta, a substituição das pontes de madeira por galerias de concreto. A ponte de madeira fica sobre o córrego Ceroula, na zona rural de Campo Grande, saída para Rochedo, a 37 quilômetros da área urbana. O pleito encontra justificativa no anseio da população, que encaminhou o pedido ao nosso gabinete, com fotos do estado precário em que se encontram as pontes naquela rodovia. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja de caminhado experiente deste Poder ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de estado de Educação, à senhora Ana Carolina de Araújo Nardes, secretária de estado de Administração, por cópias autônomas, sugerindo que seja analisada a possibilidade de prorrogação, por mais dois anos, da validade do concurso 1/2022, publicado no Diário Oficial Eletrônico nº10.764, de 23 de fevereiro de 2022, e a chamada do concurso SAD/SED/Professor 2022, de modo que contemple todas as áreas e municípios com lista de aprovados. Documentação anexa. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário do estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, solicitando as seguintes manutenções na rodovia MS-441, vital para o desenvolvimento econômico e social daquela região. A rodovia liga a cidade Bandeirantes à BR-060. Solicitamos urgência, pois os ruralistas precisam escoar sua produção. Naquela região, os produtores plantam mais de 60 mil hectares de soja e de milho. Portanto, solicitamos o encascalhamento no trecho de Bandeirantes à BR-060, em Camapuã, e até a ponte do Córrego Cachoeira Branca. Solicito, com veemência, a realização do encascalhamento no trecho. O referido trecho é a principal via de escoamento de grãos que constituem a base econômica da região. Solicito, ainda, que seja feito o reforço das pontes de madeira, uma vez que elas suportam grandes cargas, uma sobre o córrego Pinhé e outra sobre o córrego Cachoeira Branca. São duas pontes pequenas, mas que precisam passar por reforma. Nós juntamos aqui, senhor presidente, ata das reuniões dos produtores e fotos e imagens de satélite, para demonstrarmos para as autoridades a situação em que se encontra a estrada. Agora, apresento uma moção de pesar. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares e amigos da senhora Norma Everlyn, por seu falecimento, ocorrido no dia 30 de janeiro, aos 72 anos de idade. Se aprovada, a presente moção deverá ser redigida nos termos que se seguem. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares e amigos do senhor Darcy Ribeiro Soares, ex-prefeito de Pedro Gomes e atual vice-prefeito, falecido, aos 86 anos, dia 24 de janeiro do ano em curso. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares e amigos do senhor Levi Faustino Ratier, um dos principais nomes do mercado imobiliário de Campo Grande, por seu falecimento, ocorrido dia 3 de janeiro do corrente ano, aos 81 anos. Por fim, senhor presidente, indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao senhor Guilherme Madruga, natural de Campo Grande, por receber o Prêmio Puskas, de gol mais bonito do futebol mundial, em cerimônia realizada no dia 15 de janeiro de 2024, na Eventim Apollo, em Londres. Essas são as minhas proposições. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito que esta moção ao Madruga seja encaminhada em nome da Casa.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Com certeza.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Parabéns ao Madruga, jogador do Cuiabá.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, esta é a nossa primeira Sessão Ordinária deste ano. E, ontem, nós contamos com a presença do governador na sessão solenidade que realizamos aqui. Eu estou dizendo isto a Vossa Excelência porque estou com o espírito repartido, de um lado, feliz, porque tive a informação de que ontem o governador anunciou, oficialmente, deputado Coronel David, que, logo depois do Carnaval, que se iniciará no fim desta semana, mandará para esta Casa um projeto, a fim de resolver definitivamente o problema desses heróis, os funcionários públicos aposentados. Aliás, hoje de tarde, às 16 horas, eu estarei com o governador em uma reunião, e vou cumprimentá-lo pela iniciativa louvável de resolver esse problema, que demanda tempo deste povo, que já cansou de trabalhar e que agora está correndo atrás de um direito legítimo, que é ter uma melhoria no padrão de suas vidas. Portanto, eu estou contente, deputado Pedro Kemp, porque sei que Vossa Excelência, o deputado Caravina e outros desempenharam um papel importante na Casa Civil, no sentido de convencer e sensibilizar o governador Riedel, para que ele decidisse buscar o entendimento e essa solução do problema. E, por outro lado, estou com o espírito machucado, porque ontem de noite, eu vi uma matéria no Campo Grande News que me desesperou. Vejam! "Conselho Indigenista Missionário denuncia banho de agrotóxico em aldeia de Mato Grosso do Sul." Um horror! Há fotos das criancinhas indígenas, deputado Pedro Kemp, penduradas no arameado, achando bonito o avião sobrevoando e jogando, talvez, toneladas de produtos sobre a aldeia. Vejam aqui nas imagens [em material impresso]. Vejam a fumaça de agrotóxico, como diz a matéria, em cima desse povo. Preocupado com isso e somando-me a esse lamento, estou encaminhando um requerimento, com urgência, ao procurador-chefe do Ministério Público Federal, senhor Luiz Eduardo Camargo Hernandez, ao procurador-geral de Justiça do estado do Mato Grosso do Sul, senhor Alexandre Magno Benites de Lacerda, e ao secretário de estado de Meio Ambiente, Jaime Verruck, solicitando informações sobre quais as providências foram tomadas, a fim de apurar a contaminação por agrotóxico na terra indígena Guyraroká, bem como para punir os produtores rurais responsáveis pelo fato. Segundo a matéria, no fim de 2021, pesquisadores da Universidade Federal, da Embrapa Pantanal, da Fiocruz e da Conascs fizeram um estudo no local, examinaram as águas que abastecem a comunidade, e em todas as amostras coletadas por eles foram encontradas altas taxas de agrotóxicos. Um estado que quer e vai ser um estado limpo, livre de agrotóxico, que não causa prejuízo ao meio ambiente, não pode continuar assim. Por isso, eu estou pedindo providências, e no devido momento, levaremos esse assunto para a Comissão de Meio Ambiente, presidida pelo deputado Renato Câmara. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença dos vereadores Fábio Eduardo da Silva e Cleiton Silva, do município de Bataguassu; e do professor Jair Fernando da Silva, o Jair do Esporte,

vereador de Paranaíba. Também registramos o recebimento de ofício do senhor governador Eduardo Correa Riedel, cumprimentando cordialmente esta Casa e indicando os deputados Londres Machado e Pedrossian Neto para responderem, respectivamente, como líder e vice-líder do governo aqui na Alems. Parabéns, deputados, pela recondução aos cargos!

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, ainda sobre a situação dos aposentados, quero dizer que ontem o governador disse que, após o Carnaval, encaminhará uma proposta a esta Casa. A Assembleia Legislativa já está sensível à luta dos aposentados, que fazem uma reivindicação mais do que justa. Afinal, eles já contribuíram a vida inteira para a Previdência, e não continuar com esse desconto de 14% em seus salários. Não foram os aposentados os responsáveis pelo déficit da Previdência em Mato Grosso do Sul. Agora, nós precisamos sair do discurso e ir para a prática. Não dá mais! Nós passamos o ano passado inteirinho discutindo com o governo. Faz reunião, volta; o governo diz: "Eu estou sensível, vou apresentar a proposta". Olhe, nós não podemos deixar isso passar do mês de fevereiro. O governo tem de nos apresentar uma proposta. Deputado Caravina, o senhor, que está se somando agora conosco aqui na Assembleia e que com certeza apoia a luta dos servidores, nós temos a informação de que o governo vai se reunir, mais uma vez, com servidores e apresentar a eles a situação do MS-Prev. E eu quero reivindicar, deputado, que haja representantes desta Casa na reunião. Nós temos que designar uma comissão para participar dessas reuniões, para que possamos avançar numa proposta concreta. Chega de discurso. Precisamos debater algo concreto aqui na Casa. Obrigado, presidente.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só um instante, deputado. Eu quero dizer que os deputados estão passando a composição das comissões e já solicitar uma reunião para quinta-feira, dia 8, às 10 horas, na Sala de Reunião da presidência, com os chefes de gabinetes, para tratarmos das emendas de 2024. Nós estamos em ano eleitoral, e se nós não acelerarmos, conseguiremos as emendas. Os técnicos do governo aqui também. Vamos discutir sobre as emendas de 2024. Com a palavra, pela ordem, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, senhor presidente, deputado Gerson Claro! Bom dia, nobres pares! Quero desejar aos colegas um bom retorno. Este será um ano de muita correria para todos nós, porque haverá o pleito eleitoral municipal. Mas eu quero, na mesma linha do deputado Pedro Kemp, manifestar-me em favor dos aposentados. Eu sempre deixei claro meu posicionamento, votei contra a proposta, fiz emenda e consegui aprová-la na Comissão de Constituição e Justiça, mas fui vencido no Plenário. E eu digo o seguinte: quem trabalhou a vida inteira, contribuiu a vida toda para a Previdência, não pode ser penalizado com um desconto de 14% em seu salário. Eu digo isso como servidor público que sou. No momento em que

essas pessoas acham que vão descansar e usufruir do fruto do seu trabalho, estão vendo ser retirado do seu salário esse percentual altíssimo. Há aposentados hoje aqui que estão passando por necessidades e privações, porque não têm dinheiro para comprar comida, não têm dinheiro para comprar remédios, enfim. Então, eu quero, mais uma vez, apelar ao governador Eduardo Riedel, que, na época, era secretário e, portanto, acompanhou e discutiu essa situação dos aposentados, para que ele tire esse desconto do salário dos servidores aposentados. Contem comigo. Era o que eu tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Jamilson Name: cinco indicações (Prot. nºs 00015/2024, 00023/2024, 00033/2024, 00034/2024, 00030/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 00031/2024). De autoria do deputado João Henrique: três projetos de lei (Prot. nºs 00018/2024, 00006/2024, 00005/2024). De autoria do deputado Lucas de Lima: três indicações (Prot. nºs 00013/2024, 00014/2024, 00016/2024). De autoria da deputada Mara Caseiro: um projeto de lei (Prot. nº 00032/2024); um projeto decreto legislativo (Prot. nº 00035/2024). De autoria do deputado Neno Razuk: uma indicação (Prot. nº 00036/2024). De autoria do deputado Paulo Corrêa: um projeto de lei (Prot. nº 00011/2024). De autoria do deputado Pedro Kemp: três indicações (Prot. nºs 00039/2024, 00037/2024, 00038/2024). De autoria do deputado Pedrossian Neto: uma indicação (Prot. nº 00021/2024); um projeto de lei (Prot. nº 00020/2024). De autoria do deputado Rafael Tavares: uma indicação (Prot. nº 00012/2024); um requerimento (Prot. nº 00010/2024); três projetos de lei (Prot. nºs 00009/2024, 00007/2024, 00008/2024). De autoria do deputado Renato Câmara: quatro indicações (Prot. nºs 00024/2024, 00025/2024, 00022/2024, 00026/2024). De autoria do deputado Roberto Hashioka: duas indicações (Prot. nºs 00027/2024, 00028/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 00029/2024). De autoria do deputado do Zeca do PT: um requerimento (Prot. nº 00040/2024).). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Caravina...

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcio Fernandes.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Apenas para fazer um anúncio sobre o Bloco 1, que é o G-10. O bloco continua sob a minha liderança e conta com a participação dos deputados Junior Mochi, Renato Câmara, Coronel David, Neno Razuk, Gerson Claro, Londres Machado, Antonio Vaz, Pedrossian Neto e Professor Rinaldo. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente, bom dia! Quero, inicialmente, cumprimentar os amigos de Bataguassu, vereador Clayton e vereador Fábio Eduardo,

minha esposa, o Carlinhos, que vieram prestigiar o que deveria ser a minha estreia, não é, presidente?, mas, graças à gentileza dos senhores deputados, ontem eu pude falar em nome da Assembleia, e quero agradecer a gentileza e a acolhida de cada um dos senhores. E ontem, eu consegui falar um pouco do meu trabalho à frente da Secretaria de Estado de Governo, agora estou estreando como parlamentar. Tive um ano prestando serviço ao governo, de maneira exitosa, temos resultado positivo, o governo está bem avaliado. Tudo isso é fruto do trabalho e dedicação de toda a equipe de governo e com certeza fruto da parceria e das ações da Assembleia Legislativa, que jamais se furtou a apoiar o governo no que é bom para a nossa população. Então, entro nesta Casa com o sentimento de dever cumprido. Apesar de terem brincado comigo, dizendo que entrou o parlamentar, mas o secretário de Governo não saiu. Esta foi uma fala inclusive do deputado Zeca do PT. Bom, entrando no assunto que me traz aqui, quero dizer que ontem eu participei de uma assembleia do Sinpol, na qual foram tratados alguns assuntos relacionados à vida funcional dos policiais civis. Eu sou policial civil, fui investigador, fui delegado, e represento a nossa categoria. Mas o assunto previdência, o desconto previdenciário, é corrente. No meu último dia como secretário de estado de Governo, nós nos reunimos com representantes do Fórum de Servidores, fomos ouvir suas reivindicações. E a escolha dos representantes foi feita pelo Fórum dos Servidores. Então, nós apresentamos a eles a situação da dívida atuarial e a situação do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP). E qual é a situação atual? Bem, realmente, deputado Zeca do PT, há um projeto de lei a ser encaminhado a esta Casa, e ele tem de ser votado até março. Esse projeto diz respeito ao Plano do Equacionamento da Dívida da Previdência. Já há algum tempo, o estado vem protelando isso, conseguindo o CRP, por conta da ação do diretor de Ageprev, Jorge Martins. No entanto, agora, as notificações se esgotaram, e o estado tem de apresentar o equacionamento. Isto que foi apresentado ao Fórum dos Servidores. Logo em seguida, nós encerramos a reunião, e eu estive com vários representantes dos aposentados e pensionistas, e quero me somar na luta pela causa dos senhores. Sabemos que é importante resolver esta situação. E ainda como secretário de estado de Governo, nós conversamos com eles, e ficou definido, na reunião, tanto no Fórum de Servidores, quanto na reunião com os representantes que lá estavam, em frente à Governadoria, que aquela explanação que o Jorge Martins fez a respeito da dívida atuarial, do Plano de Equacionamento, do aporte do Executivo, vai subir de 25% para 28%, enfim. E esse projeto vai chegar aqui. Nós decidimos que o governo faria novas reuniões ainda no mês de fevereiro, logo após o Carnaval, para apresentar aos demais sindicatos, para aqueles que não estavam presentes na reunião do Fórum dos Servidores, o equacionamento. Então, se eu não me engano, o deputado Junior Mochi ou o deputado Pedro Pedrossian participaram da discussão. E é importante, deputado Zeca do PT e deputado Pedro Kemp, que esse equacionamento seja apresentado aos demais deputados desta Casa. Nós precisamos conhecer melhor o assunto, para que possamos discutir e achar uma solução, com responsabilidade. Acho que esta Casa e o governo têm essa responsabilidade. Eu quero me somar aos colegas que estão envolvidos nas discussões, vou participar das reuniões. Aliás, nós podemos, presidente, montar uma comissão para participar da reunião em que será apresentado o equacionamento da dívida e a proposta do governo do estado. O governador Riedel é sensível à situação, disse isso no Fórum e entende que precisa algo precisa ser feito. Mas o equacionamento tem de ser discutido dentro dos limites legais. O estado de Mato Grosso do Sul tem uma obrigação com o Ministério da Previdência. Nós precisamos

envolver esta Casa na discussão, porque o projeto virá para cá, e nós vamos discutir votá-lo. Nós vamos participar, acompanhar a situação. O governador disse que até o fim de fevereiro resolverá a questão. Hoje está assumindo a Secretaria de Administração o competente Frederico Felini, que foi meu adjunto na Segov durante um ano; ele é preparado, é formado em Administração, tem especialização. Então, ele tem condições de avançar junto conosco nesta pauta. Podem ter certeza de que esta Casa vai participar diretamente das discussões. Quero aproveitar a oportunidade para dizer mais uma vez aos senhores deputados que nós estamos aqui para nos somar aos senhores em todas as pautas que serão apresentadas. Eu quero acompanhar de perto o assunto. Ontem, eu pedi para participar de algumas comissões importantes. O deputado Gerson Claro falou inclusive com a imprensa sobre a questão da judicialização da saúde. Esta, aliás, também é uma pauta importantíssima. Para vocês terem ideia, ano passado o estado gastou mais de cem milhões com esta pauta, que não é só do governo, é também da Defensoria Pública, do Poder Judiciário, enfim. Creio que esteja faltando, de fato, interlocução e cooperação entre as instituições, para que as demandas judiciais possam ser atendidas pelo governo. O governador está investindo em saúde; está com o Programa Mais Saúde, nas cirurgias por todo o estado; está fazendo altos investimentos. E nós não podemos deixar isso virar demanda judicial, para ficar mais caro, para demorar mais. Quem sofre com isso é a população. Então, eu quero me somar, presidente, aos demais parlamentares para participar da comissão, para tratar desse assunto da judicialização da saúde, que é um assunto importantíssimo. Eu falei também com o deputado Coronel David sobre a questão da segurança pública, que é outra pauta que me interessa muito e com relação à qual estarei bastante ativo, pelo conhecimento que tenho, por ser policial civil, por estar há trinta anos nessa profissão. Outra pauta é a questão do municipalismo, que está no meu DNA. Eu estive na Segov, como eu disse ontem nessa tribuna, participando da configuração do novo municipalismo, que será executado a partir deste ano. O governador deve lançar a partir de março o novo municipalismo, que vai continuar investindo em infraestrutura, pavimentação, enfim. Nós fizemos, deputado Gerson Claro, um levantamento, a pedido do governador, de todas as ruas a serem pavimentadas, em todos os municípios do Mato Grosso do Sul. Um programa ousado. O governo quer concluir, ao final do seu mandato, parceria com os municípios, e não deixar nenhuma rua sem pavimentação. E esse levantamento está pronto. Então, a ação de pavimentação terá continuidade. Mas agora o novo municipalismo, chamado municipalismo legislativo, trará também ações pontuais na educação (e aí o ensino fundamental e a educação infantil são de competência dos municípios), vai investir na saúde, na atenção básica, e vai investir na assistência social. E com viés diferente. Foi feito o Termo de Cooperação com o Sebrae, que já tem uma assessoria fazendo o levantamento dos indicadores em cada área dessas, para que o estado possa investir em tecnologia, em apoio aos municípios, para que tais indicadores sejam melhorados. Então, está é a contrapartida do município. Ou seja, o estado investe, e o município dá a contrapartida, que é a melhoria desses indicadores.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Pois não.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Deputado Caravina, primeiro, eu quero cumprimentá-lo e lhe desejar um bom retorno a esta Casa. Vossa Excelência, que é

deputado eleito, mas que esteve afastado para exercer uma função estratégica no governo Riedel. E, na pessoa do senhor, que faz este brilhante pronunciamento, quero cumprimentar o governo pelos investimentos no interior do nosso estado, pelo atendimento a cada uma das cidades. Segundo, quero registrar, muito contente, que o governador investirá no asfaltamento de estradas que dão acesso a assentamentos. Depois eu vou agradecer a ele pessoalmente por isso. O asfaltamento dessas regiões é fruto de um debate que eu trouxe a esta Casa. Quero agradecer ao governador pela sensibilidade. Hoje de manhã, um técnico credenciado pelo secretário de Infraestrutura, nosso querido Hélio Peluffo, esteve aqui no meu gabinete, com a minha assessoria, levantando as estradas estratégicas, no primeiro momento, para que elas sejam pavimentadas. Sidrolândia, meu querido deputado Gerson Claro, concluiu o asfaltamento. Está contemplada, por exemplo, a ideia de se fazer o asfaltamento de uma via que corta o assentamento Itamarati. Está contemplado o asfaltamento do trecho de Terenos a Dois Irmãos do Buriti. Isso já atenderá inúmeros assentamentos que ficam entre esses dois municípios. Está quase concluído o asfaltamento do trecho entre Dois Irmãos e Nioaque, que também passa por assentamentos importantes. Ou seja, o governo Riedel, que Vossa Excelência representa aqui, investe não só nos municípios, mas também nos assentamentos rurais, para que eles tenham condições, eu diria confortáveis e acessíveis, de tirar seu produto dos assentamentos e levá-los até as cidades que abastecem. Parabéns pelo seu retorno! Parabéns pelo pronunciamento que faz! Parabéns ao governo do estado. Muito obrigado.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Obrigado, deputado Zeca do PT, pela deferência. Com certeza. O estado está fazendo investimento nos municípios e na zona rural, o que vai levar dignidade aos moradores dos assentamentos, auxiliar no escoamento da produção. O governador sabe da importância de melhorar a qualidade das nossas rodovias. Portanto, serão feitos investimentos em rodovias e em estradas vicinais. E serão feitos investimentos nos municípios, a fim de melhorar a qualidade de vida da população do nosso estado. Para encerrar, quero me colocar à disposição dos colegas parlamentares para tratarmos de todas as questões que venham a melhorar a vida das pessoas. Eu disse ontem, e repito, que, eu deixei meu cargo de delegado de polícia para assumir o de prefeito de Bataguassu, e tive a oportunidade de exercer dois mandatos, depois fui presidente da Associação dos Municípios também por dois mandatos, e, agora, depois de um período no governo do estado como secretário de Infraestrutura e secretário de Governo, eu deixei meu cargo para assumir o mandato nesta Casa e me somar aos senhores no mesmo objetivo, que é trabalhar, debater e aprovar pautas importantes, a fim de melhorar a vida das pessoas. Aliás, este é o objetivo dos homens públicos. Muito obrigado pela gentileza e pela acolhida, colegas parlamentares.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Seja bem-vindo, deputado! Com certeza, Vossa Excelência vai contribuir muito para o andamento dos trabalhos do Legislativo estadual. Pois bem, ainda no Grande Expediente, com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Transfiro.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Vossa Excelência dispõe de 30 minutos.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — sem revisão do orador — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, público que nos assiste, que nos acompanha, servidores do estado de Mato Grosso do Sul, pessoas que verdadeiramente nos ajudam a colocar este estado de pé! Hoje, eu venho acompanhando os pedidos, as reivindicações, as angústias de vocês. Saibam que, em verdade, a angústia dos senhores é compartilhada por este parlamentar. Eu sinto na pele o que vocês estão sentindo. Na primeira oportunidade que tive de enfrentar esta questão, no mandato passado, votei veementemente contra esses 14% de desconto previdenciário imposto a vocês. Acredito, honestamente, que esse percentual tem de ser retirado agora, imediatamente, imediatamente! Aqui no estado, houve um tempo, senhores servidores, em que os parlamentares traziam os debates, em todos os aspectos, para esta Casa, buscando sair daqui com uma solução. Quanto à matéria da saúde, hoje o deputado Pedrossian Neto citou um número importante: 100 milhões de reais por ano. É isso, deputado Pedrossian Neto? Este é o valor da judicialização da saúde no estado de Mato Grosso do Sul. O deputado Caravina, representando-nos ontem, também tocou neste tema sensível, que a é interferência do Judiciário, colocando esses 100 milhões na conta do estado, intervindo na lógica, na cronologia, na gestão do estado. Então, eu faço uma pergunta ao governador Riedel, aos colegas, à base governista desta Casa, uma pergunta fácil, da qual todos vocês gostariam de saber a resposta... qual valor o estado pagaria para que nós pudéssemos, agora, imediatamente, revogar esta injustiça cometida no mandato passado? Não adianta a gente vir a esta Casa e discutir que o valor da judicialização da saúde é de 100 milhões, que o valor da revogação dessa taxa, desse desconto, dessa contribuição, por assim dizer, é de 50, de 100 ou de 150 milhões de reais, se não pudermos dizer de onde sairá o dinheiro. Eu estou contando esta história, porque desde o primeiro dia que eu pisei nesta Casa, venho buscando, deputado Lidio Lopes, informações, deputado Neno Razuk, acerca do orçamento fiscal do estado. Porque, com essas informações, conseguiremos começar a resolver os problemas que vocês trazem à Assembleia. Para que vocês tenham ideia de números, hoje, as emendas parlamentares estão sendo aumentadas a um percentual que deve custar 47 milhões de reais por ano ao estado. Por isso, eu fiz várias diligências, deputado Lidio Lopes, acionei o Tribunal de Contas do estado, deputado Hashioka, e agora em janeiro eu recebi a resposta de que nunca, mesmo após a edição da LRF, deputado Lidio Lopes, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal, pasmem!, nunca o governo do estado informou para o Tribunal de Contas quanto gasta de renúncia fiscal, para dar isso de incentivo aos empresários do estado. E eu fui me dedicando, me dedicando, debruçando sobre este tema, uma vez que são estratosféricos os valores arrecadados pelo estado com impostos, descontos, contribuições. Nós fizemos diversos requerimentos, entramos com mandado de segurança, até que pudéssemos encontrar, senhoras e senhores, o valor que o estado propicia aos empresários, que pagam, que, assim como vocês, recebem o desconto em sua produção, que têm uma das mais caras pautas fiscais, uma das mais distorcidas do país. Então, era preciso encontrar, em algum momento, esse número, e sobre isto que eu estou insistindo com vocês, qual é o valor da renúncia fiscal, para resolver o problema

de vocês? Aí eu descobri que esse valor não integra o orçamento. Só vinha para esta Casa e para o Tribunal de Contas o valor que foi arrecadado. Vejam! Nosso orçamento passado foi de 23 bilhões de reais, deputado Hashioka. Nosso orçamento anterior foi estimado em 25 milhões de reais. A ausência desse valor, deputado Lidio Lopes, deputado Junior Mochi, sempre me incomodou e eu sempre questionei isto nesta Casa, eu tenho uma cópia de todos os requerimentos que fiz. Mas, agora, saibam que o estado renuncia 5 bilhões de reais por ano e que nós temos, imprensa, mídia, várias suspeitas, várias denúncias de pessoas dizendo que existe um percentual a ser devolvido para os cofres do governo. Operações comprovaram e apreenderam recursos. Se não chegou, se não chega, se vai chegar a esta Casa a quantia de 5 bilhões de reais, quase 20% do orçamento, não deveria, em momento algum, ter sido diminuído o salário dos professores, não deveria ter sido instituída uma contribuição previdenciária extorsiva aos aposentados, não deveríamos pagar a energia mais cara de todas; Mato Grosso do Sul não deveria passar pano para a Cassems, enquanto nós estamos sofrendo as consequências de termos uma das piores saúdes do estado. Concedo um aparte ao deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Deputado João Henrique, eu penso o seguinte: vamos tratar desta questão com racionalidade. Não adianta a gente misturar assunto que nada tem a ver com essa discussão absolutamente justa, legítima, e que o governo quer resolver, com a questão de incentivo fiscal, com estratégia de desenvolvimento do estado de Mato Grosso do Sul. Aí nós vamos misturar dois assuntos completamente distintos e levar ao público informações falsas, que vão distorcer o debate. O governador Eduardo Riedel já se manifestou e vai dar um encaminhamento para este pleito absolutamente legítimo. O deputado Caravina já colocou, inclusive, uma data, salvo engano é depois do Carnaval, não é isso?... Depois do Carnaval nós receberemos uma proposta do Executivo, para resolvermos essa questão. Bom, agora vamos falar sobre renúncias e incentivos fiscais? Vossa Excelência mencionou um número, 5 bilhões de reais. Espanta-me dizer que não tenha conhecimento desse número. Inclusive Vossa Excelência o está mencionando. O valor da renúncia do incentivo fiscal é da ordem de 5 bilhões de reais. Isso consta, todos os anos, no anexo da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que Vossa Excelência votou, que todos têm conhecimento.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Mentira.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Como?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não é verdadeira essa informação.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Bom, aí nós vamos ver o anexo da LDO. Todo o mundo aqui tem conhecimento disso. As renúncias fiscais do estado de Mato Grosso do Sul constam na peça orçamentária. Então, o que nós vamos fazer?... Discutir o incentivo fiscal é totalmente distinto de discutir previdência. Mato Grosso do Sul está crescendo. Agora nós temos um orçamento de 25, 448 bilhões de reais para o ano de 2024. Isso porque Mato Grosso do Sul está crescendo. Em 2020, a Lei Orçamentária Anual, deputado João Henrique, era da ordem de 15 bilhões de reais,

agora é de 25 bilhões. Ou seja, em quatro anos, o orçamento teve um aumento de 10 bilhões de reais. Como? Justamente com esse incentivo fiscal que Vossa Excelência está criticando. Mato Grosso do Sul entendeu que reduzindo imposto para a gente industrializar, reduzindo imposto para trazer capital privado, reduzindo imposto para trazer multinacionais, vai avançar. É por isso que Mato Grosso do Sul tem, hoje, 80 bilhões de reais em investimentos setoriais e industriais anunciados, e por isso nós temos a menor taxa de desemprego entre as unidades federativas do Brasil. Nós estamos com 4% de desemprego, quando a taxa de desemprego no Brasil é o dobro disso. Nós estamos caminhando próximo ao pleno emprego, graças a Deus. Precisamos avançar? Precisamos. Mas tudo isso está avançando, porque o governo do estado aposta no desenvolvimento industrial. O governo do estado aposta na renúncia fiscal, no incentivo fiscal, para fazer este estado crescer.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Tempo, deputado.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Um aparte, deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu permito um aparte a Vossa Excelência.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Peço licença para falar daqui. Na sexta-feira, eu vou com o governador a Sidrolândia para participarmos de um evento. Inclusive, eu convido os colegas para participarem também. Uma empresa está investindo em Sidrolândia, já investiu em Dourados, ela investe em Mato Grosso do Sul. Essa empresa iniciou em Sidrolândia uma planta de 1,2 bilhões de reais, e na sexta-feira, deputado Junior Mochi, ela anunciará que isso passará para 2,5 bilhões de reais. Eu estou falando de uma empresa que processa milho para produzir álcool. E também uma empresa que se instala lá, através da Cerradinho e da Neomille, que está estabelecida em Maracaju, que vai investir também 50 milhões de reais no armazenamento de milho e soja. Uma empresa dessas tem no investimento de 50 milhões a possibilidade de reter até 50%... Não é o governo dar dinheiro, é o governo abrir mão de dinheiro, para poder gerar emprego e renda. Então, para ter aqui a Arauco, a Suzano, a Inpasa, a Neomille, a Cerradinho e outras empresas, o governo abriu mão de arrecadar. Eu gostaria de lhe perguntar claramente, deputado João Henrique: o senhor é contra o incentivo fiscal?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Deputado, eu estou na ordem do aparte, então vou responder à pergunta de Vossa Excelência. Mas eu quero responder primeiro ao deputado Pedrossian Neto. Deputado, eu tenho um documento oficial do Tribunal de Contas do Estado, dizendo que nunca conseguiu identificar esses valores. Então, eu, na minha humildade, na minha ignorância, debrucei sobre este tema desde o dia em que cheguei aqui, e achava um absurdo não entender onde estavam os valores da renúncia nas peças orçamentárias. Aí eu cito o PPA, LOA e a LDO. Fiz vários instrumentos; convoquei o secretário de estado de Fazenda para vir aqui; e meu requerimento foi derrubado. Nem o secretário saberia ou não gostaria de responder à minha pergunta. E o Tribunal de Contas do Estado disse: "Nós nunca recebemos esse

documento, mesmo com a obrigação constitucional e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Inclusive, atendendo aos requerimentos de Vossa Excelência, pela primeira vez teremos acesso." E aí sim, eu vejo a LOA, esse parecer, esse calendário anexo, e só após os meus pedidos, tomei conhecimento do tamanho, da hecatombe que é a quantidade de renúncia fiscal no estado de Mato Grosso do Sul. E respondendo ao presidente da nossa Casa se eu sou contra, eu digo: não, não sou contra incentivo fiscal. Sabe quem é contra? Os empresários. Muitos deles vieram denunciar, fornecer, municiar-me de informações de que eles não gostariam de ter que se submeter à obscuridade que acontece dentro da Secretaria de Fazenda, para que possam receber os benefícios. Eu sou contrário a isso. E sou contrário, também, deputado Gerson Claro, ao fato, e há provas incontestáveis aí, de os benefícios nunca terem chegado a esta Casa na quantidade... A nossa Casa nunca autorizou essa quantidade, porque ela nunca conheceu esses valores. Então, o debate que faço, presidente, é exatamente dentro daquilo que Vossa Excelência exaltou, a nossa atuação. Sei que estou sozinho aqui nesta Casa em muitos debates, mas garanto que todos os meus pares gostariam de conhecer esses valores que hoje trago a esta Casa, esses 5 bilhões que hoje escuto na voz do vice-líder do governo. Eu perguntei a ele, durante o ano passado inteiro, qual seria esse valor? Não houve resposta. Perguntei ao governador, não houve resposta! Entrei com uma ação constitucional, com mandado de segurança. Ganhei! Nessa ação, solicitei que fossem detalhados, ainda em primeira instância, a obrigatoriedade de se fazer conhecer quem são os empresários, as empresas, e em quais circunstâncias nós temos renunciado 20% do orçamento, quase um terço do valor arrecadado por meio do ICMS, que compõe a receita de 17 bilhões de reais. Essa é a maior arrecadação que nós temos, de fonte tributária, de receita no estado de Mato Grosso do Sul. O que eu pergunto a esta Casa é se nós deputados gostaríamos de ver resolvida a questão dos aposentados, a questão da saúde, a questão das emendas parlamentares, que não representam 0,0,0,0% desse valor. Pergunto se nós gostaríamos de ver os impostos diminuídos, num tempo em que o aposentado, o servidor passa por dificuldades com o tamanho da inflação. É isso que eu quero saber. Quero saber qual é a importância, qual é o tamanho, qual é a qualidade dos debates que nós vamos trazer a esta Casa.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — O senhor pode me conceder um aparte, deputado?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Concedo um aparte ao deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Deputado João Henrique, acho que o tema é pertinente. Mas eu gostaria de falar olhando de outra forma para essa questão que o senhor nos traz. Hoje, nós estamos discutindo os efeitos que a reforma tributária trará para Mato Grosso do Sul. Nosso estado, nos últimos dez anos, cresceu no nível da China. O estado cresceu, porque tem uma lei de incentivos fiscais arrojada, que foi criada no governo Zeca do PT, aprimorada no governo Puccinelli e melhorada no governo Azambuja. Isso permitiu investimentos no estado. Se hoje nós temos 25 bilhões de arrecadação, esta é a perspectiva de arrecadação, é porque a movimentação econômica que uma empresa dessas gera ao vir para Mato Grosso do Sul é muito grande. Eu pergunto aos senhores e a quem é de Ribas do Rio Pardo: é melhor termos

a indústria ou não? Se ela tiver um incentivo fiscal de 100%, ela gera emprego, movimentação econômica, salário e melhoria na qualidade de vida dos servidores e das cidades. Discutir, perguntar quanto é? Olhe, quando o cidadão apresenta uma proposta, ele recebe um incentivo do ICMS sem saber exatamente qual é a movimentação financeira, porque ela virá depois, depois de a obra ficar pronta, depois de a obra ser iniciada, depois de a obra estar em funcionamento, produzindo. Não há como saber. O cálculo que está sendo feito é: quanto essa renúncia gerou, porque a empresa gerou uma movimentação. Quem dera a empresa tivesse gerado o dobro, o triplo da movimentação econômica, porque ela seria maior, geraria mais emprego, geraria mais renda, melhoraria a economia do estado. Basta dizer que, nos últimos vinte anos, nós saímos binômio: boi e grão. Essa era a base da economia de Mato Grosso do Sul. Hoje, a base da economia do estado está diversificada, além de boi e grão, temos produtos como o ferro, que giram a economia do estado. Isso pesa na balança comercial. Temos também indústrias de suco, energético, indústrias alcooleiras, que também geram emprego e renda. Então, é importante entender que o estado melhorou por conta dos incentivos, das empresas, da diversificação da economia. Não podemos achar que os incentivos prejudicam o estado. Eu não vejo prejuízo. Sem incentivo, nós não teríamos dinheiro, não haveria movimentação...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Tempo, deputado!

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Esta é a minha contribuição. Obrigado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Agradeço, deputado Junior Mochi, o aparte de Vossa Excelência. Mas eu quero que o público que nos assiste saiba que, se eu soubesse que era esse o valor dos benefícios, eu chamaria todo o corpo do governo e diria: olhe, vamos ver se há alguém que não precisa mais receber, se há alguém que recebe indevidamente, e vamos cortar daí. Não vamos cortar do funcionário público, do servidor, do aposentado e de quem paga a sua conta de energia em dia. Somos todos enganados pelo governo do estado. É essa a diferença do debate, deputado Caravina, que quero fazer. Concedo um aparte a Vossa Excelência.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Deputado, eu vou contribuir. A questão dos incentivos foi muito bem explicada pelo deputado Pedrossian, vice-líder do governo, pelo presidente e pelo deputado Junior Mochi. Mas o senhor está com discurso fictício. Não existe o dinheiro, não existe a receita que o senhor está pregando de 5 bilhões de reais. Se você não der incentivo, a empresa não vem; se a empresa não vem, não tem receita de imposto. Então, é jogar com a torcida, não existe dinheiro, não existe essa receita que pode ser retirada do imposto e colocada no salário. A gente tem que ter responsabilidade, responsabilidade com o que diz. Não é o secretário de Fazenda ou os técnicos de Fazenda que decidem o incentivo. Isso está determinado por lei, por decreto, e regulamentado com publicidade. O governador não precisa decidir isso. Ele transferiu a responsabilidade para o secretário de Fazenda justamente porque a decisão é técnica, não política. "Eu concedo o que eu quero". E nem poderia ser assim. Então, o que o senhor está dizendo não condiz com a realidade. E com relação à Previdência? Todo o mundo sabe qual é o meu posicionamento, e todos nós deputados estamos aqui com o mesmo intuito de achar uma solução para isso. Agora, nós

precisamos ter responsabilidade. Não adianta vir aqui e dizer: "Olhe, pegue esse dinheiro e dê aumento...". Nós precisamos ter responsabilidade, porque Previdência precisa ser sustentável. No futuro, daqui a 25 anos, por exemplo, ela terá de pagar os aposentados. Nós não podemos ter a irresponsabilidade de aprovar algo que não seja consistente para a Previdência, para não acontecer o que já aconteceu no passado, época em que governos ficaram quatro meses sem pagar o salário dos servidores. Talvez, pela sua idade, o senhor não se lembre disso, deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu lembro.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Mas, com certeza, essas pessoas que estão aqui sabem o que aconteceu, sabem que ficaram quatro meses sem receber seus salários. Então, eu sou parceiro. Todos os deputados se manifestaram. Nós vamos trabalhar para encontrar uma solução, mas isso terá de ser feito com responsabilidade. Mas, com certeza, essas pessoas que estão aqui sabem o que aconteceu, sabem que ficaram quatro meses sem salário. Eu sou parceiro. Todos os deputados aqui se manifestaram. Nós vamos trabalhar para encontrar uma solução. Mas as coisas precisam ser feitas com responsabilidade, e o governador Eduardo Riedel tem mostrado a sua responsabilidade, os números do estado. Um governo que tem uma aprovação popular superior a 80% (e quem diz isto são as pesquisas) mostra que está no caminho certo. O estado vai continuar dando incentivo às empresas, trazendo, com isso, emprego e renda para a população. Se nós não fizéssemos isso, hoje, talvez, ou com certeza, empresas como a Aralco e a Suzano não estariam em Mato Grosso do Sul, gerando milhares de empregos, trazendo desenvolvimento e geração de renda para a região de Ribas do Rio Pardo e agora para Inocência. Obrigado, deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Ora, ora, caro deputado Caravina. Eu digo que talvez Vossa Excelência seja privilegiado, por ter sido secretário de estado e talvez por isso tenha algumas informações que não chegaram a esta Casa, que não chegaram ao Tribunal de Contas do Estado; informações essas que serviriam para que nós legisladores pudéssemos ter a mesma certeza que tem e de que goza Vossa Excelência para afiançar a gestão do seu governador. Eu digo, deputado Caravina, que vi uma pequena lista das empresas publicadas nos periódicos do meu estado, que supostamente teriam recebido benefício fiscal federal da ordem de 71 milhões de reais. Aí me chamaram a atenção, deputado Caravina, os impostos federais. Nós estamos com uma lista de cento e sessenta e nove empresas que receberam algum incentivo, alguma renúncia fiscal da parte do governo federal. Vejam que pregar a transparência, a adequação, o poder decisório para esta Casa, é a máxima que podemos ter. Não só a Excelência e ao corpo de secretários do governador. Mas essa lista, rodando nos grupos, já gerou uma certa indagação acerca de quais seriam as empresas que receberam incentivos. Há empresas que receberam benefício fiscal do governo do estado que já estão instaladas aqui há anos e quem não têm atividade econômica, comercial, mas que outras pessoas terceirizam, por causa do incentivo fiscal. Então, nós temos de fiscalizar, ajudar e contribuir. Minha fala é no sentido de a Assembleia poder discutir e...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, deputado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — ... a mesma certeza que tem Vossa Excelência e os secretários guindados a semideuses do governador. É este poder que eu quero transferir para a minha Casa de Leis.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Solicito ao segundo-secretário que faça a recomposição de quórum.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Há quórum para deliberação, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Mais uma vez, eu gostaria de comunicar aos senhores deputados que na quinta-feira, dia 8, às 10 horas da manhã, na Sala de Reunião da presidência, a equipe técnica do governo estará aqui para tratarmos das emendas. Portanto, a participação dos chefes de gabinete, dos técnicos, é fundamental. Vamos tratar rapidamente das emendas de 2024. Será antes do Carnaval, então alguns colegas já poderão aproveitar feriado e ir ao interior do estado para discutir com sua base a questão das emendas. E, a partir de amanhã, com as comissões e os blocos formados, poderemos também organizar para logo após o Carnaval as reuniões, inclusive as da CCJR. Sejam sempre bem-vindos, senhoras e senhores aposentados, à Casa da Democracia. Contem com o empenho desta Casa. Item 1. Projeto de lei nº 262/2023. Autor: deputado Zé Teixeira. O deputado está presente?... Ausente. Portanto, o projeto está retirado de pauta. Item 2. Projeto de Lei nº 172/2023. Autor: deputado Professor Rinaldo. "Dispõe sobre a garantia de matrícula de irmãos na mesma unidade escolar da Rede Pública Estadual de Ensino." A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Supressiva 01, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. A Comissão de Educação, Cultura e Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Supressiva 01, tendo como relatora a deputada Gleice Jane. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 172/2023, de autoria do deputado Professor Rinaldo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Declaração de voto. Quero falar da importância deste projeto, uma vez que nós temos, hoje, a realidade bastante cruel de mães que têm de levar seus filhos a várias escolas diferentes. Nós vivenciamos, nos últimos anos, um processo de municipalização da educação básica, das séries iniciais, e hoje as mães precisam deixar uma criança no Centro de Educação Infantil, outra nas séries iniciais, outra nas séries finais do ensino fundamental, e por aí vai. Isso tem dificultado muito o processo de atendimento às crianças e tem dado muito trabalho às famílias. É muito importante que irmãos fiquem juntos, na mesma escola, até mesmo por questão de segurança. Obrigada. Voto sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Quero parabenizar o deputado Professor Rinaldo. O projeto pode interferir no cotidiano de muitos pais de alunos. O projeto é simples, prático e efetivo. Voto sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Quero dizer o seguinte: A gente sabe de muitas mães que sofrem violência doméstica, outras vivem sozinhas com seus filhos. Muitas vezes, a mãe leva seus filhos a escolas diferentes e distantes. Acontece que, com toda essa andança, há muita despesa. E nós acreditamos que colocar as crianças na mesma escola também ajuda no desempenho delas. Quero, além de fazer esse adendo, agradecer aos colegas que votaram, até agora, favoráveis à proposta. Muito obrigado. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em nome da presidência, quero parabenizá-lo, deputado, pelo projeto interessantíssimo. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à redação final, já que recebeu emenda. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 242/2022. Autor: deputado Lucas de Lima. "Dispõe sobre prazo de validade de laudo médico pericial que atesta Transtorno de Espectro Autista". Este projeto recebeu Emenda Substitutiva Integral. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 242/2022, de autoria do deputado Lucas de Lima.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Declaração de voto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar seu voto, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Nós temos aqui hoje dois projetos muito importantes, que dizem respeito às crianças com TEA e ao atendimento às suas famílias. Quero parabenizar o deputado Lucas de Lima pela iniciativa. Eu sempre vi a dificuldade das famílias em acompanhar as crianças com TEA e em ficar renovando os laudos o tempo inteiro, quando, na verdade, a situação é permanente. Então, quero falar da importância deste projeto para as famílias, sobretudo para as mães, porque a gente sabe que, quando uma criança demanda cuidados especiais, a sobrecarga normalmente cai sobre as mulheres. Muitas vezes, é fácil para os homens abandonar suas famílias; no entanto, quando isso acontece, as mulheres acabam assumindo a responsabilidade. Projetos que ajudam as famílias, sobretudo as mulheres, são sempre bem-vindos! Voto sim.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Declaração de voto, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar seu voto, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Quero parabenizar o deputado Lucas de Lima pela iniciativa. Eu tenho um projeto meio parecido com este, no caso o meu diz respeito às pessoas que têm Síndrome de Down. Ora, pessoas que possuem transtornos como esses os possuem o ano todo, e todo ano elas têm de renovar a documentação, os laudos. Os médicos, os hospitais deveriam atentar para isso. A dificuldade das mães é muito grande. Eu tenho um grupo com cem mães de filhos com espectro autista, e vejo a luta, a dificuldade que elas enfrentam. Há algumas crianças com cardiopatia, e todo ano o mesmo é processo, elas têm de renovar os documentos. Isso deveria acabar aqui em nosso estado e também em nosso país. Muito obrigado, senhor presidente.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar seu voto, o deputado Neno Razuk.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Eu também quero parabenizar o deputado Lucas de Lima pelo excelente projeto. Eu tenho filho autista, como todos sabem. E eu acho desnecessário renovar o laudo todos os anos, até porque autismo não tem cura. Nós vemos planos de saúde usarem isso para se negarem a pagar o tratamento. Muitas vezes as mães, além de terem de trabalhar para que seus filhos tenham um tratamento digno, ainda enfrentam essa dificuldade de ter de renovar o exame anualmente. É difícil conseguir agenda com neurologista, é complicado, e demora, muitas vezes. Agora, a pessoa vai ter autismo sempre, a vida toda. Quero parabenizar o deputado e criticar os planos de saúde que usam isso para deixar de pagar o tratamento, prejudicando, muitas vezes, as famílias.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar seu voto, com a palavra, o autor, deputado Lucas de Lima.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Quero agradecer a todos que emitiram voto favorável. Eu recebi várias mães em meu gabinete. Como disse a nossa querida deputada Gleice Jane, são as mães que mais sofrem quando têm algum filho com Transtorno do Espectro Autista, com Síndrome de Down, enfim. E todo ano é um calvário para ela ter de ir renovar o laudo. Esses transtornos são irreversíveis. Então não faz sentido renovar o laudo todos os anos. Nós queremos que o laudo tenha validade permanente. Voto sim. Muito obrigado.

Projeto de Lei nº 242/2024, de autoria do deputado Lucas de Lima.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SENHOR SEGUNDO SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 4. Em discussão única e votação simbólica...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu quero pedir destaque dos requerimentos de números 1 e 5 da pauta.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Números 1 e número 5. Eles são de autoria deputado Rafael Tavares. Ele não está presente. Portanto, temos que retirá-los de pauta. Retirados de pauta. Então, nós vamos votar: "três requerimentos, sessenta e seis indicações, uma moção de aplauso e quinze moções de congratulação". Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Não há moções de pesar. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Registramos e agradecemos a presença da senhora Lidiane Farias, vereadora do município de Rio Verde; da senhora Adriana Nabhan, vereadora do município de Coxim; do senhor Zanon Lemurier, vereador do município de Coxim; e do senhor Jefferson Aislan, vereador também do município de Coxim. Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Eu ia pedir a palavra, pela ordem, para registrar e agradecer a presença dos vereadores. Obrigado por fazer o registro. Quero solicitar ao deputado Professor Rinaldo, presidente da Comissão de Educação, que convide o secretário Hélio Daher, para comparecer a esta Casa. Ele quer vir conversar com a comissão e expor o plano e o relatório para 2024. Ele faz questão de vir. Portanto, solicito que o presidente da comissão oficialize o convite ao secretário Daher. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, só para responder ao nosso colega Junior Mochi. Ontem mesmo eu falei com o secretário Hélio, e nós combinamos de ver uma data que seja boa para todos os membros da comissão, eu, o Junior Mochi, a Gleice Jane, o João César, que agora está no Executivo, a Mara Caseiro, o Caravina, que tem interesse em participar da Comissão de Educação. Então, assim que nós definirmos entre nós a melhor data, quem sabe esta semana, semana que vem é semana de Carnaval, é feriado, depois nós já marcamos



com ele, para falarmos sobre as ações do governo com relação a este tema tão importante, que é a educação. Apenas isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Não havendo oradores inscritos e nada mais havendo a tratar, esta presidência vai declarar encerrada a presente Sessão. Aguardamos os senhores aqui amanhã, às 9 horas, impreterivelmente. Está encerrada (11h27min).